

PEX S.A.

CNPJ: 16.687.498/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PERÍODO DE 6 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO DE 6 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)
ATIVO	2012	2012
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	464	Fluxo de caixa das atividades operacionais
Total do ativo circulante	464	Lucro (prejuízo) antes dos impostos
Não circulante		Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
Intangível	860	Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Total do ativo não circulante	860	Aquisição de intangível
Total do ativo	1.324	Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento
PASSIVO		Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Patrimônio líquido		Aumento de capital
Capital social	1.350	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento
Prejuízo acumulado	(26)	Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa
Total do patrimônio líquido	1.324	Saldo de caixa e equivalentes no início do período
Total do passivo e patrimônio líquido	1.324	Saldo de caixa e equivalentes no final do período
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 6 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PERÍODO DE 6 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)																																														
<p>1. Informações gerais: Em 6 de julho de 2012 foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. A nova empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. No ato de sua constituição, a INVEPAR subscreveu R\$ 1.350 como seu capital social inicial, na forma de 1.350.000 ações ordinárias, tendo sido integralizados R\$ 135 na mesma data, e o restante no quarto trimestre de 2012. O prazo de duração da PEX S.A. é por período indeterminado. A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 26 de março de 2013. 2. Políticas contábeis: As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">Capital social subscrito</th> <th style="text-align: center;">Prejuízo Acumulado</th> <th style="text-align: center;">Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 06 de julho de 2012</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do período</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td style="text-align: right;">1.350</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">1.350</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2012</td> <td style="text-align: right;">1.350</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> <td style="text-align: right;">1.324</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p>		Capital social subscrito	Prejuízo Acumulado	Total	Saldos em 06 de julho de 2012	-	-	-	Prejuízo do período	-	(26)	(26)	Aumento de capital	1.350	-	1.350	Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.350	(26)	1.324	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2012</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> <tr> <td>Custos das mercadorias e serviços vendidos</td> <td></td> </tr> <tr> <td> Materiais, energia, serviços de terceiros e outros</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado bruto</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> <tr> <td>Retenções</td> <td></td> </tr> <tr> <td> Depreciação, amortização e exaustão</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado recebido em transferência</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td> Receitas financeiras</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor adicionado total a distribuir</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> <tr> <td>Distribuição do valor adicionado</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do período</td> <td style="text-align: right;">(26)</td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</p>		2012	Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(26)	Custos das mercadorias e serviços vendidos		Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26)	Valor adicionado bruto	(26)	Retenções		Depreciação, amortização e exaustão	-	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(26)	Valor adicionado recebido em transferência	-	Receitas financeiras		Valor adicionado total a distribuir	(26)	Distribuição do valor adicionado	(26)	Prejuízo do período	(26)
		Capital social subscrito	Prejuízo Acumulado	Total																																												
	Saldos em 06 de julho de 2012	-	-	-																																												
	Prejuízo do período	-	(26)	(26)																																												
	Aumento de capital	1.350	-	1.350																																												
	Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.350	(26)	1.324																																												
		2012																																														
	Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(26)																																														
	Custos das mercadorias e serviços vendidos																																															
	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26)																																														
Valor adicionado bruto	(26)																																															
Retenções																																																
Depreciação, amortização e exaustão	-																																															
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(26)																																															
Valor adicionado recebido em transferência	-																																															
Receitas financeiras																																																
Valor adicionado total a distribuir	(26)																																															
Distribuição do valor adicionado	(26)																																															
Prejuízo do período	(26)																																															

pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das

exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. • IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação das informações. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Leandro Ferreira Gonçalves
Contador - CRC RJ - 105435/O-5